

Sumário

Editorial.....	9
----------------	---

DOCTRINA

ARTIGOS

El carácter objetivo de la responsabilidad patrimonial de la Administración Pública: una revisión doctrinal

José Luis Meilán Gil	13
1 Planteamiento	13
2 El Derecho español	15
3 El carácter objetivo de la responsabilidad patrimonial de la Administración: aplicación jurisprudencial y crítica	19
4 Propuesta de revisión de la categoría	24
5 Reflexión conclusiva	30
Bibliografía seleccionada	31

Un Derecho Administrativo para la inclusión social

Carlos F. Balbín	33
1 Introducción.....	33
2 Breve derrotero histórico del Derecho Administrativo. El porqué de su creación y su desarrollo en el Derecho Comparado	37
3 El paradigma del Derecho Administrativo moderno.....	42
4 El debate actual sobre el Derecho Único o el Doble Derecho en el marco de nuestro derecho.....	43
4.1 El sentido de distinguir entre dos derechos (subsistemas).....	43
4.2 Los fundamentos del Doble Derecho	45
4.3 Las dificultades en la construcción del Doble Derecho	46
4.4 Los argumentos a favor del Derecho Único	47
4.5 Los obstáculos en la construcción de un Derecho Único	49
5 Las doctrinas del Doble Derecho o el Derecho Único a partir del paradigma clásico del Derecho Administrativo	50
6 El nuevo paradigma del Derecho Administrativo. Los avances inconclusos y la necesidad de su reformulación	51
7 El fortalecimiento de la idea del Doble Derecho a partir del nuevo paradigma. La incidencia del nuevo paradigma en la construcción del Derecho Administrativo.....	56
8 Conclusiones.....	58

La transparencia como política pública contra la corrupción: aportes sobre la regulación de derecho de acceso a la información pública

Alfonso Buteler	61
I Introducción.....	61
II Información pública y corrupción	61
III Aproximación conceptual al DAIP.....	62
IV Evolución.....	63
a) El modelo de confidencialidad y secreto.....	63

b)	El reconocimiento del derecho de acceso a la información pública.....	64
c)	La información pública positiva	65
V	Plataforma constitucional	65
VI	La regulación en el plano supranacional	66
1	En contenido de los tratados internacionales	66
2	La Declaración de principios sobre libertad de expresión de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos	68
3	El criterio de la Corte Interamericana de Derechos Humanos.....	69
1.	La Opinión Consultiva 5/85	69
2.	Caso "La Última Tentación de Cristo"	71
3.	Caso "Ivcher Bronstein Vs. Perú"	72
4.	Caso "Maritza Urrutia Vs. Guatemala"	72
5.	Caso "Herrera Ulloa Vs. Costa Rica"	73
6.	Caso "Ricardo Canese Vs. Paraguay"	74
7.	Caso "Palamara Iribarne Vs. Chile"	75
8.	Caso "Claude Reyes y otros Vs. Chile"	76
9.	Caso "Albán Cornejo y otros. Vs. Ecuador".....	77
10.	Caso "Kimmel Vs. Argentina"	77
11.	Caso "Ríos y otros Vs. Venezuela"	78
12.	Caso "Cepeda Vargas Manuel Vs. Colombia"	79
13.	Caso "Gelman Vs. Uruguay"	79
14.	Caso "Contreras y otros Vs. El Salvador"	80
15.	Caso "Fontevicchia y D'Amico Vs. Argentina"	81
16.	Caso "Mémoli Vs. Argentina"	82
VII	La jurisprudencia de la Corte Suprema	82
VIII	Objeto de acceso	86
IX	Principios aplicables.....	88
X	Titularidad del derecho informativo	91
XI	Legitimación	92
1	Activa.....	92
2	Pasiva.....	93
XII	Limitaciones	94
1	Aspectos generales.....	94
2	La carga de la prueba.....	95
3	Causales.....	95
XIII	Mecanismos de protección	97
XIV	La información pública positiva	100

O regime jurídico do processo administrativo na Lei nº 9.784/99

Romeu Felipe Bacellar Filho, Saulo Lindorfer Pivetta	107	
1	Considerações iniciais – A Lei Federal de Processo Administrativo (Lei nº 9.784/99) e a disciplina legal aplicável aos Estados, Distrito Federal e Municípios.....	108
2	Aspectos da disciplina legal do processo administrativo federal a partir da Lei nº 9.784/99.....	112
3	Direitos e deveres dos administrados – O processo administrativo como garantia contra investidas arbitrárias da Administração Pública	112
4	Fases do processo administrativo federal – Início, instrução e decisão	115
4.1	Início do processo administrativo federal	116
4.2	Instrução do processo administrativo federal	118
4.3	Fase decisória do processo administrativo federal.....	120
5	Anulação, revogação e convalidação dos atos administrativos.....	122
5.1	Anulação dos atos administrativos – Fundamentos de legitimidade, garantias processuais, efeitos e decadência	122
5.2	Revogação dos atos administrativos.....	126
5.3	Convalidação dos atos administrativos e estabilização dos efeitos do ato nulo.....	127

6	Recurso administrativo e revisão do processo	128
6.1	Fundamentação teórica e normativa do direito à interposição de recurso administrativo	128
6.2	Efeitos devolutivo e suspensivo nos recursos administrativos	130
6.3	Recurso hierárquico e recurso hierárquico impróprio	130
6.4	A inconstitucionalidade da exigência do depósito prévio ou do arrolamento de bens como requisito de admissibilidade do recurso administrativo	131
6.5	A incidência das súmulas vinculantes no processo administrativo	131
6.6	A inconstitucionalidade da <i>reformatio in pejus</i> no processo administrativo e a revisão dos processos administrativos	132
7	Considerações finais	133
	Referências	134

O pré-sal e a formulação de políticas públicas com os recursos do petróleo –
O dilema do desenvolvimento das instituições face à tentação da corrupção

Luiz Alberto Blanchet, Ana Claudia Santano	137	
1	A riqueza e a prosperidade da Petrobras – Do auge à crise de confiança	137
2	A “maldição dos recursos naturais” – Realidade ou ficção?	140
3	A descoberta do pré-sal, reações e previsões	145
4	A regulação jurídica do pré-sal e a execução de normas	147
5	Algumas sugestões de como reverter a “maldição” – Diminuição de incentivos de <i>rent-seeking</i>	149
	Referências	152

Contratos administrativos e gestão pública – Proposições a partir de estudos
de casos na Administração Pública federal indireta

Témis Limberger, Anderson Vichinkeski Teixeira, Mateus Barbosa Gomes Abreu	155	
1	Introdução	156
2	Objeto e objetivos da pesquisa	157
3	Desenvolvimento da pesquisa – Principais ocorrências	159
4	Propostas apresentadas para aprimoramento legislativo	168
4.1	Criação de cadastro de bons fornecedores	169
4.2	Da necessidade de implantação do controle da execução dos contratos administrativos por eficiência em empresas públicas e sociedades de economia mista do âmbito federal	170
4.3	Da necessidade de criação de um Sistema Único Informatizado de Gestão da Execução de Contratos (Suigec)	172
5	Conclusão	173
	Referências	175

Irracional ou hiper-racional? A ponderação de princípios entre o ceticismo e o
otimismo ingênuo

Fernando Leal	177	
1	Introdução	177
2	Enfrentando a crítica da sub-racionalidade	182
3	A crítica da sobreracionalidade	186
3.1	Dissolução da textualidade e particularismo	189
3.2	Os pressupostos epistêmicos da fórmula do peso e as suas condições reais de operacionalização	197
4	A teoria das boas perguntas	203
	Referências	206

Ação Civil Pública para tutela de direitos individuais homogêneos de natureza assistencial – A Teoria dos Sistemas de Luhmann e o paradoxo da decisão jurídica		
Maria Gorete Ferreira, Maria do Carmo Lopes Toffanetto Rossitto Bassetto		211
	Introdução	211
1	O direito à assistência social na Constituição de 1988	212
1.1	O Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC-LOAS)	213
1.2	O relevante interesse social	215
1.3	Dificuldades na efetivação dos direitos assistenciais	217
2	Processo coletivo e a ação civil pública	219
2.1	A Ação Civil Pública	220
2.2	Tutela dos direitos difusos, coletivos e direitos individuais homogêneos	221
3	Argumentação jurídica e o paradoxo da decisão	223
3.1	Direito e decisão jurídica em Niklas Luhmann	225
3.2	O paradoxo da decisão jurídica	226
4	Análise das decisões jurídicas referentes à ACP nº 2004.38.03.003.762-5	227
4.1	Sentença – Ação Civil Pública nº 2004.38.003762-5	228
4.2	Suspensão de Segurança 2006.01.00.010252-3/MG – TRF1	229
4.3	Conflito de Competência nº 96.028 - MS (2008/0110255-3) – STJ	231
4.4	STF – Reclamação: RCL nº4166 MG	232
	Considerações finais	233
	Referências	235
A conveniência de não combater certos vícios de inconstitucionalidade – Análise da arguição de descumprimento de preceito fundamental a partir da Lei nº 9.882/1999		
Karina Almeida do Amaral		239
	Introdução	239
1	Arguição de descumprimento de preceito fundamental	241
1.1	Da sua introdução na Constituição de 1988 até o advento da Lei nº 9.882/1999	241
1.2	Apreciação da Lei nº 9.882/1999	245
1.2.1	Objeto	245
1.2.2	Legitimidade para propor a ação	249
1.2.3	Subsidiariedade da ação	252
1.2.4	Decisões na ADPF	254
1.2.4.1	De caráter provisório	254
1.2.4.2	Definitiva de mérito	256
1.2.4.3	Manipulação das decisões	258
	Considerações finais	260
	Referências	261
A tutela inibitória no processo administrativo antitruste brasileiro (Lei nº 12.529/2011)		
Rodrigo Pereira Moreira, Shirlei Silmara de Freitas Mello		265
	Introdução	265
1	Administração Pública e direitos fundamentais	266
1.1	Os direitos fundamentais e o princípio da supremacia do interesse público	267
1.2	Neoprocessualismo administrativista	271
2	Tutela inibitória	273
2.1	A tutela inibitória no processo civil brasileiro	274
2.2	Diferenças para a tutela cautelar e tutela antecipada	277
3	Tutela inibitória no processo administrativo antitruste	279
3.1	Tutela preventiva do art. 84 da Lei nº 12.529/2011	280
	Conclusão	284
	Referências	285
ABSTRACTS		289
INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES		295